REPÓRTER MACEIÓ

ALAGOAS A VOZ DO POVO

EDIÇÃO ESPECIAL
Atividades do Governo de Alagoas

MACEIÓ, 13/08/2025 - ANO IV - EDIÇÃO 091 - R$ 3,00 REPORTERMACEIO.COM.BR

RETORNO - Parlamento retoma os trabalhos após um mês de recesso

AGORA É LEI

Alagoas cria Cadastro de Condenados por Crimes Contra a Mulher

PROTEÇÃO À CRIANÇA

Lelo Maia cobra ações contra exploração infantil após repercussão de vídeo

ALAGOAS

Assembleia debate regulamentação de cães de porte grande em sessão especial

Parlamento realiza minuto de silêncio em memória de Marcelo Lima

Após requerimento apresentado pela deputada Cibele Moura (MDB), o plenário da Assembleia aprovou, no início da sessão ordinária desta terça-feira, 5, uma moção de pesar, bem como a realização de um minuto de silêncio em respeito ao ex-prefeito de Quebrangulo, Marcelo Lima, falecido hoje, aos 65 anos de idade.

Lelo Maia anuncia criação da Patrulha Menino Bernardo

O deputado Lelo Maia (União Brasil) anunciou no plenário, nesta terça-feira, 5, a criação da Patrulha Menino Bernardo, a primeira força policial especializada na proteção de crianças e adolescentes de Alagoas. O parlamentar destacou a iniciativa como pioneira no país, resultado dos esforços de seu mandato com o apoio da Assembleia e do Governo estadual.

Alexandre Ayres destaca importância da inclusão da vacina contra meningite B no SUS

O deputado Alexandre Ayres (MDB) aproveitou o a passagem Dia Nacional da Saúde, celebrado nesta terça-feira, 5, para alertar sobre a necessidade de inclusão da vacina contra a meningite B no calendário do SUS. Como ex-secretário de Saúde, o parlamentar destacou a urgência do tema, lembrando que, há dois anos, Alagoas enfrentou um surto da doença, que gerou grande preocupação.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL
Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
REDACAO@REDE REPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR
Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.

Parlamento retoma os trabalhos nesta terça-feira

A Assembleia Legislativa de Alagoas dará início ao segundo semestre de suas atividades em 2025 nesta terça-feira, 5 de agosto, às 16 horas, no plenário da Casa, conforme estabelece a Constituição Estadual. A expectativa é de que esse segundo semestre seja de grande produtividade, assim como ocorreu na primeira metade do ano: com alto índice de aprovação e votação de matérias.

Neste segundo semestre um das matérias em destaque é o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2026. A PLOA deve ser encaminhada à Casa de Tavares Bastos pelo Executivo até 15 de setembro, de acordo com a Carta Magna alagoana.

Os deputados entraram em recesso em 1º de julho, após esvaziarem a pauta de votação das matérias encaminhadas para a apreciação em plenário. Entre elas, estava a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2026.

Parlamentares se posicionam contra progressão parcial no Colégio Militar Tiradentes

Durante a sessão desta terça-feira, 5, os deputados Delegado Leonam (União Brasil), Cibele Moura (MDB), Cabo Bebeto (PL) e Ricardo Nezinho (MDB) usaram os microfones da Casa para repudiar a possível implementação da progressão parcial no Colégio Militar Tiradentes. O primeiro a se manifestar foi Leonam, que destacou a excelência do colégio em todos os padrões e requisitos, com aprovação de alunos em concursos e em cursos superiores. "Infelizmente, se vier a ser implementado, colocará em xeque tudo isso", disse.

Leonam apresentou uma indicação solicitando ao Governo do Estado que não adote o regime de progressão parcial nas escolas públicas da rede estadual de ensino, especialmente no Colégio Estadual Tiradentes, onde a comunidade escolar tem manifestado profunda contrariedade à sua implementação. "Pais, alunos e profissionais da educação promoveram um protesto contra a adoção da progressão parcial no Colégio Tiradentes. O movimento reivindica a preservação do atual modelo pedagógico, baseado em avaliações rigorosas, rotina disciplinada e comprometimento com o desempenho pleno dos estudantes", destacou.

Em aparte, a deputada Cibele Moura (MDB) também criticou a política de aprovação automática de alunos na rede pública, independentemente do desempenho escolar. Ela se mostrou favorável à reprovação por notas baixas e defendeu que o mérito acadêmico deve ser valorizado. "É mais uma vez esse país dizendo que a mediocridade merece ser recompensada", afirmou, ao questionar a lógica de aprovar alunos sem exigência de notas mínimas. A parlamentar relatou ter sido procurada por mães e alunos que apoiam a rigidez do colégio militar: "Querem que o colégio continue com a política de que, se o aluno tirar nota baixa, ele vai repetir de ano; e, se tirar nota alta, será recompensado. Imagina dizer a um adolescente que ele não precisa estudar porque, independentemente da nota, vai passar de ano. Isso, na minha opinião, é um erro. Nenhuma escola pública deveria aprovar aluno que não tira nota boa", disse.

O deputado Cabo Bebeto (PL) também criticou a política de progressão continuada. Relatou ter protocolado um ofício ao Governo de Alagoas e à Secretaria de Educação, assinado também pelos deputados Ricardo Nezinho (MDB) e Gilvan Barros Filho (MDB), alertando sobre os prejuízos do sistema atual. "Isso, por si só, é um absurdo que a própria Secretaria deveria rejeitar", afirmou, ao descrever o processo em que alunos reprovados em seis disciplinas recebem apenas "uma hora e meia de aula por matéria, fazem um trabalho em casa e são aprovados automaticamente". O parlamentar comparou com o modelo anterior, em que o aluno tinha um ano para recuperar a disciplina em que foi reprovado, e apontou as consequências: "As escolas de Alagoas estão formando 100 mil analfabetos funcionais por ano". Cabo Bebeto apontou que as únicas escolas com bons resultados no Estado são as militares, que mantêm a reprovação por notas baixas.

Por fim, Ricardo Nezinho destacou que a unidade do Colégio Tiradentes em Arapiraca atrai estudantes de diversos outros municípios do Estado, justamente por seu modelo educacional exigente. "Também recebi a visita de pais de alunos pedindo para manter as mesmas regras", afirmou Nezinho, ao explicar que a escola possui um regimento interno próprio que seria afetado pelas mudanças propostas. O parlamentar ainda aproveitou para cobrar melhorias na unidade de Arapiraca, mencionando pedidos dos professores por "quatro salas de aula e um ginásio maior", já que a atual estrutura está sobrecarregada devido ao sucesso da instituição.

AGORA É LEI

Alagoas cria Cadastro de Condenados por Crimes Contra a Mulher

Foi sancionado o projeto de lei, de autoria do deputado Alexandre Ayres (MDB), que cria o Cadastro de Condenados por Estupro e o Cadastro de Condenados por Crimes Praticados com Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. A lei nº 9.599/2025 foi publicada no Diário Oficial do Estado desta segunda-feira, 21, e deve entrar em vigor no prazo de 90 dias, a contar da data de sua publicação. A matéria recebeu aprovação unânime do plenário da Assembleia Legislativa, em sessão ordinária realizada no último dia 15 de maio.

De acordo com a matéria, nos cadastros constarão, até o fim do cumprimento da pena, nomes, fotos e outras informações de pessoas que tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado pelos referidos crimes, sendo vedada a disponibilização dos nomes das vítimas ou de informações que possam identificá-las. Respeitando a lei federal nº 13,709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o projeto poderá ser regulamentado pelo Poder Executivo para a sua fiel execução.

"Considerando o aumento significativo da quantidade de estupros e crimes de violência doméstica que acometem todo o Estado, torna-se importante a existência de mecanismos capazes de identificar e dar publicidade a condenados pelos referidos crimes", justifica Alexandre Ayres.

ALAGOAS

Cabo Bebeto lamenta decisão que determinou prisão domiciliar de Jair Bolsonaro

Durante a sessão ordinária desta terça-feira, 5, o deputado Cabo Bebeto (PL) lamentou a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro. A prisão foi determinada ontem pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, por descumprimento de medidas cautelares. O parlamentar afirmou que a decisão não lhe causou surpresa, tendo em vista que a ordem foi proferida logo após a realização de manifestações, em várias cidades brasileiras, em defesa de Bolsonaro e pela anistia geral e irrestrita aos presos do 8 de janeiro.

"O povo foi às ruas para mostrar a insatisfação com essa situação complicada que estamos vivendo hoje, principalmente por atitudes desse ministro (Alexandre de Moraes), que tem abusado de suas prerrogativas", destacou Bebeto.

No entanto, o deputado disse não acreditar que a reação de Moraes tenha ocorrido por causa das manifestações, mas que faria parte de uma estratégia. "Percebemos que, toda vez que surge algo que possa trazer algum desgaste para essa turma, eles sempre criam uma cortina de fumaça para mudar o foco", observou Cabo Bebeto, acrescentando que a determinação da prisão domiciliar de Bolsonaro veio logo após a divulgação de supostas mensagens trocadas entre funcionários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o ministro Alexandre de Moraes.

"Mensagens essas em que se percebia que a intenção não era investigar — até porque não é o papel dele (Moraes) —, mas sim direcionar punições e descobrir, a qualquer custo, indícios que permitissem manter ou criar situações de prisão", avaliou o parlamentar.

PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Lelo Maia cobra ações contra exploração infantil após vídeo repercutir nacionalmente

Na sessão ordinária desta terça-feira, 12, o deputado Lelo Maia (União Brasil) abordou a repercussão do vídeo do influenciador Felipe Bressanim Pereira, conhecido como Felca, que denunciou a adultização e a exploração sexual de crianças e adolescentes na internet. Com mais de 27 milhões de visualizações, o conteúdo reacendeu o debate nacional sobre o tema.

"É mais um alerta de que a internet está sendo usada para abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Há dois anos, eu já alertava esta Casa sobre essa realidade. A sociedade precisa acordar", disse o parlamentar. Ele destacou que 80% dos casos atendidos na Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes em Alagoas envolvem abusos, citando dados do juiz Caio Evangelista e da delegada Bárbara Arraes, coordenadora da Área da Infância e Juventude da Polícia Civil de Alagoas, que registraram dois mil procedimentos do tipo apenas no ano passado.

Lelo Maia considera importante a discussão gerada pelo vídeo de Felca e defende que o tema não pode ser esquecido. "Espero que esse debate não dure apenas alguns dias, mas se torne uma pauta constante na sociedade", afirmou. O deputado também listou medidas que já foram implementadas no Estado, por meio de iniciativas de sua autoria, como a notificação obrigatória de gravidez em menores de 14 anos por escolas e a criação da Patrulha Menino Bernardo, primeira unidade da Polícia Militar especializada na proteção de crianças e adolescentes.

"Conseguimos também que todas as escolas públicas de Alagoas tenham videomonitoramento. As últimas 10 unidades foram equipadas recentemente, em parceria com a Secretaria de Educação", informou. Além disso, ele anunciou a apresentação de um projeto de lei, baseado no tema levantado pelo youtuber Felca, que propõe um sistema estadual de prevenção e combate à exploração infantil.

O deputado encerrou seu pronunciamento pedindo apoio dos colegas para priorizar projetos de proteção a crianças e adolescentes. "Conto com esta Casa, assim como sempre pude contar. Que possamos dar uma resposta à população alagoana", concluiu Lelo Maia.

ALAGOAS

Projeto de lei proíbe influenciadores de divulgarem plataformas de apostas não regulamentadas

Na sessão ordinária desta quarta-feira, 6, foram apreciados 12 itens na ordem do dia, entre eles o projeto de lei ordinária nº 983/2024, que proíbe a divulgação, por influenciadores digitais, de plataformas de jogos e apostas eletrônicas não regulamentadas no Brasil. Discutida em 1º turno, a matéria é de autoria do deputado André Silva (Republicanos).

"Este projeto busca assegurar que apenas plataformas devidamente regulamentadas sejam promovidas, resguardando, assim, os direitos e a segurança dos consumidores e usuários no Estado de Alagoas", justifica o parlamentar, que propõe mecanismos claros para fiscalização e aplicação de penalidades, garantindo a efetividade da norma. Com o projeto, fica proibida a divulgação de links de acesso a tais plataformas, sob pena de multa de R$ 5 mil por cada link clicado.

Os influenciadores digitais que descumprirem as disposições, segundo o projeto, estarão sujeitos a penalidades como: advertência; multa de R$ 10 mil por infração; suspensão das atividades de divulgação por até seis meses; e, finalmente, cassação do direito de exercer atividades de divulgação digital no Estado de Alagoas.

Para ser aprovado, o projeto de André Silva ainda precisa passar por mais uma discussão, além de dois turnos de votação.

ALAGOAS

Assembleia debate regulamentação de cães de porte grande em sessão especial

A Assembleia Legislativa realizou nesta segunda-feira, 11, uma sessão especial, proposta pelo deputado Cabo Bebeto (PL), para discutir a regulamentação da posse e circulação de cães de raças como pit bull, rottweiler e dogo Argentino. O debate ocorreu durante a tramitação do projeto de lei ordinária nº 913/2024, de autoria de Cabo Bebeto, que estabelece regras rígidas para tutores, incluindo uso obrigatório de focinheira e restrições a locais públicos. A lei ordinária 9.622/2025, que já está em vigor também foi tema de discussão durante a sessão.

O propositor da sessão abriu a discussão destacando a necessidade de equilibrar direitos dos animais e segurança pública. "Viemos abrir a Casa para ouvir a sociedade alagoana. O objetivo é propor o melhor para todos, mesmo sabendo que não daremos conta de agradar a todos", afirmou. O parlamentar reforçou que a proposta não proíbe a criação, mas busca prevenir acidentes: "Vamos ouvir técnicos e criadores responsáveis para fazer uma lei mais justa", desse, reconhecendo que o tema não é só uma questão ambiental, mas também de segurança pública.

Vítima

David Osório Cleto, vítima de um ataque, fez um relatou sobre o seu caso. "O cachorro me atacou por menos de um minuto e meio, destruindo minha perna esquerda. Tive trombose aguda e hoje convivo com uma debilidade permanente", descreveu, revelando que acorda com "uma perna praticamente morta" e traumas psicológicos. O incidente ocorreu quando um dogo argentino invadiu sua residência no condomínio onde mora. "O tutor alegou que o cão levantou o portão com os dentes e fugiu", relatou Cleto, que recebeu indenização de R$ 26,8 mil, mas ressaltou: "Não estou feliz com esse valor. Perdi minha saúde".

Cleto contestou argumentos contra a estigmatização de raças: "Quando vejo gente contrária às restrições, digo: é contrário à vida então?" questionou citando casos extremos, como o de uma mulher perdeu o braço e o de outra que teve o rosto desfigurado. Ele ainda fez duras críticas à posse irresponsável. "O dogo argentino foi criado no início do século XX para caçar javalis e onças. Não é animal para condomínios com 38 câmeras e seguranças. A focinheira ajuda, mas não evita fugas. Precisamos impedir que certas raças vivam em áreas comuns", disse afirmando que esta discussão salva vidas.

O deputado Delegado Leonam (União), coautor da sessão, trouxe o debate para o campo jurídico: "Não podemos estigmatizar raças. O Código Civil, no artigo 936, já prevê que o tutor responde por danos causados por seus animais". Ele citou ainda a jurisprudência do STJ: "Quando o tutor instiga o animal a atacar, responde penalmente como se tivesse cometido o ato, o que chamamos de 'longa manus'", lembrando também que nos últimos anos aumentou a quantidade de famílias brasileiras que possuem animais e que a proibição dos mesmos não é ideal para os tutores.

Oliveira Neto, um dos criadores presentes na sessão, criticou a falta de infraestrutura para cumprir a lei atual: "Como cidadão, quero cumprir a lei hoje, mas não é possível, porque não há focinheiras ou enforcadores suficiente no mercado, também não há adestradores suficientes", questionou ele. O proprietário de canil com 30 anos de experiência defendeu critérios por peso, não por raça: "O maior índice de ataques vem de cães sem raça definida. Queremos profissionalizar a criação, se alguém deseja um animal de grande porte, que o faça corretamente", defendeu ele. Ele sugeriu a necessidade de adquirir cães em canil de procedência, com o histórico do animal, certificados com pedigree. "Isso ajuda a identificar e reduzir o índice de ataques".

Adriana Alves, presidente da Comissão de Bem-Estar Animal da OAB-AL, deixou sua perspectiva sobre bem-estar animal: "Não existe animal 'mau'. O estresse causado por tutores negligentes, seja má alimentação ou tratamento, é o real problema". E ela elogiou o espaço para diálogo. "Esta Casa está avançando ao discutir ajustes para uma lei mais perfeita".

HOMENAGEM

Parlamento alagoano homenageia Arthur Lira com a mais alta honraria da Casa

Em uma solenidade bastante concorrida, a Assembleia Legislativa homenageou, nesta segunda-feira, 11, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) com a Comenda de Mérito Tavares Bastos, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Alagoas ao longo de sua trajetória política. A sessão solene foi de iniciativa da deputada Gabi Gonçalves (PP) e aprovada por unanimidade pelo plenário da Casa. Os trabalhos da solenidade foram conduzidos pelo presidente do Legislativo alagoano, deputado Marcelo Victor.

Em seu pronunciamento, o chefe do Legislativo disse que, hoje, o Parlamento alagoano cumpre etapa importante em sua vida pública ao homenagear o deputado federal Arthur Lira. "Arthur Lira foi um deputado atuante neste Parlamento, aqui exerceu vários cargos de relevância e tem o reconhecimento de todos que fazem a Casa de Tavares Bastos", declarou Victor. "Mais do que isso, o deputado Arthur Lira personifica o poder político que o Estado de Alagoas tem ao emprestar nomes como o dele a Brasília", prosseguiu o presidente da Casa, citando a importância que Lira desempenhou quando presidiu a Câmara Federal, sobretudo em decisões que permitiram o desenvolvimento socioeconômico do país.

Marcelo Victor aproveitou o momento para informar ao homenageado que a Casa está analisando a criação de uma comenda que levará o nome do ex-senador e ex-prefeito da Barra de São Miguel, Benedito de Lira, pai de Arthur Lira. A honraria, de iniciativa da deputada Rose Davino (PP), será destinada a políticos que tenham prestado relevantes serviços ao Estado de Alagoas. "Nós, que somos da política, temos que lembrar sempre dos homens e mulheres que deram a sua vida pela política no Estado, e a Assembleia vai aprovar, por esses dias, essa comenda com o nome do seu pai", informou Victor.

A deputada Gabi Gonçalves justificou a propositura da homenagem ressaltando que as pessoas devem ser agraciadas enquanto estão vivas. "Falar de Arthur é lembrar que Alagoas se desenvolve, também, com pessoas que se preocupam com outras pessoas. Tenho muito orgulho de homenageá-lo com a mais alta honraria da Casa de Tavares Bastos", afirmou a parlamentar, acrescentando que o momento também foi para agradecer por tudo que Arthur Lira fez e faz por Alagoas.

Homenageado

Arthur Lira lembrou que já ocupou o cargo de deputado estadual por três legislaturas e sabe o significado que a honraria traz. "Esperamos sempre estar à altura do carinho e da lembrança da deputada Gabi e da aprovação unânime desta Casa. Prestes a completar 34 anos de trabalho prestado a Alagoas, espero que, ao longo desse tempo, meu mandato tenha servido para diminuir as diferenças estruturais e as desigualdades sociais", disse o homenageado, declarando-se muito feliz e honrado com a concessão da mais alta honraria oferecida pelo Parlamento alagoano. "Espero que, daqui para frente, eu tenha capacidade de representar o nosso Estado e poder honrar essa comenda", complementou o parlamentar federal.

Bastante concorrida, a solenidade contou com a presença das deputadas Rose Davino (PP), Cibele Moura (MDB), Fátima Canuto (MDB), Carla Dantas (MDB) e Ângela Garrote (PP), e dos deputados Cabo Bebeto (PL), Fernando Pereira (PP), Inácio Loiola (MDB), André Silva (Republicanos), Breno Albuquerque (MDB) e Francisco Tenório (PP). Além deles, a sessão contou ainda com a participação de lideranças políticas, a exemplo do presidente da Associação dos Municípios Alagoanos, prefeito de Coruripe, Marcelo Beltrão (MDB), e do ex-prefeito e ex-deputado estadual Gilberto Gonçalves, bem como de representantes do Poder Judiciário, como o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Fábio Bittencourt, entre outras autoridades.

HOMENAGEM

Assembleia homenageia pioneiros e destaques da medicina veterinária em Alagoas

A Assembleia Legislativa realizou, nesta sexta-feira, 08, uma sessão solene para homenagear profissionais que se destacaram na medicina veterinária no Estado. Proposta pelo deputado Delegado Leonam (União Brasil), a cerimônia marcou a entrega da Comenda de Mérito dos Profissionais da Medicina Veterinária Paulo Bezerra Nunes, criada para reconhecer contribuições relevantes à área. A sessão contou com a presença de autoridades, familiares, convidados e representantes da medicina veterinária.

O médico-veterinário Paulo Bezerra Nunes, pioneiro da profissão em Alagoas e primeiro inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado (CRMV-AL), foi o principal homenageado. Ele presidiu a entidade por quatro mandatos consecutivos e recebeu a comenda que leva seu nome. "O doutor Paulo é mais que um pioneiro, é um verdadeiro alicerce da profissão. Sua atuação no CRMV consolidou as bases institucionais da medicina veterinária em Alagoas", afirmou o deputado Leonam, que presidiu a solenidade.

Emocionado, Paulo Bezerra agradeceu ao parlamento alagoano e ao autor da proposta. "Essa é uma emoção inédita. Nunca houve no Brasil uma comenda com o nome de um médico-veterinário. Ver essa transformação da profissão em Alagoas e perceber o novo olhar da sociedade para os animais é muito gratificante. Afirmo com toda certeza: o ser humano também precisa de afeto, e os animais sabem como fazer isso. É uma honra muito grande receber esse reconhecimento que o deputado Leonam nos proporcionou", disse.

Também foi homenageada a médica-veterinária Paula Jackelinne de Freitas Nunes Tenório, que recebeu duas comendas: a Paulo Bezerra Nunes, pelos seus 25 anos de atuação na profissão, e a Vera Arruda, pelo destaque no empreendedorismo feminino à frente da clínica Animal Amigo. "Hoje é um momento de dupla alegria. Tenho orgulho de seguir os passos do meu pai, que tanto contribuiu para a valorização da medicina veterinária. E é uma honra representar o empreendedorismo feminino no nosso Estado", afirmou Paula, referindo-se às duas comendas recebidas.

Durante a solenidade, Leonam destacou o perfil multifacetado da profissional. "A Dra. Paula se destaca como gestora pública, clínica, educadora e empreendedora. Sua trajetória é marcada pela seriedade, respeito e inovação. É impossível não reconhecer a transformação que ela provocou no cenário da medicina veterinária em Alagoas, seja no enfrentamento de zoonoses, na promoção da saúde pública, na formação de novos profissionais ou na gestão de sua clínica", disse.

Além de Paulo Bezerra e Paula Jackelinne, os seguintes profissionais da medicina veterinária também foram homenageados com certificados especiais: Larissa Otaviano da Rocha; Luiz Eduardo Silva Rocha; Sophia Cavalcante Costa de Sousa; Ana Thereza Macêdo; Thaís Soares Balbino; Mailan Roberto Patrício Maia; Jéssica Lopes Rodrigues; Jéssica Monteiro Queiroz de Medeiros; Antônio de Barros Salgueiro Neto; Wellington Monteiro da Anunciação; Catarina Pereira Verçosa; Graciella Santana Amâncio dos Santos; Juliano Sarmento Macedo; Rael Lucas Fonseca de Almeida; Kleber Barros Nunes; Vânia Maria Pedrosa; Thiago de Melo Pedrosa; Édson Gomes da Silva; Emanuel Wianês Duarte Barros; Leonardo Fonseca de Cerqueira; Patrícia Karla de Luna Magalhães; Evelynne Hildegard Marques de Melo; Erivan Luiz Pereira de Andrade.

AJUDA

Aprovado em 1º turno projeto de criação da Campanha Estadual de Doação de Roupas e Alimentos

O projeto de lei ordinária nº 1251/2024, que institui a Campanha Estadual de Doação de Roupas Alimentos, foi aprovado em primeiro turno durante a sessão ordinária desta terça-feira, 12. Além desta, outros 15 processos foram apreciados e deliberados pelo plenário da Casa. A matéria é de iniciativa da deputada Gabi Gonçalves (PP), recebeu a aprovação unânime dos parlamentares e tem como objetivo promover a solidariedade e fortalecer o apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social em Alagoas.

"Em um contexto em que muitas pessoas enfrentam desafios para garantir o acesso a itens essenciais como alimentos e vestuário, esta campanha busca oferecer uma resposta a essas necessidades, promovendo a dignidade e o bem-estar das pessoas mais necessitadas de nossa sociedade", justifica a autora da proposta. De acordo com o projeto, a campanha deve ser realizada pelo menos duas vezes ao ano, visando criar uma rede de apoio constante, na qual a participação da sociedade alagoana é fundamental. "As doações de alimentos e roupas são muito mais do que um gesto de generosidade; elas refletem o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, onde todos têm o direito de viver com dignidade", argumenta Gabi Gonçalves, no bojo do projeto de lei, destacando ainda que ao unir esforços de cidadãos, empresas e organizações, a campanha contribuirá para uma cultura de empatia e engajamento coletivo, essencial para enfrentar as desigualdades sociais que ainda permeiam o Estado.

SAÚDE

Rose Davino cobra ação urgente do Estado para crianças com Síndrome Congênita do Zika

Em pronunciamento durante a sessão ordinária desta quarta-feira, 6, a deputada Rose Davino (PP) apresentou uma indicação dirigida ao secretário de Estado da Saúde, Gustavo Pontes de Miranda, solicitando a elaboração de uma estratégia imediata de atendimento cirúrgico e multidisciplinar para crianças portadoras da Síndrome Congênita Associada à Infecção pelo Vírus Zika (SCZ). De acordo com ela, trata-se de uma causa urgente e, acima de tudo, essencial.

"Falo em nome de mais de 240 famílias alagoanas, que convivem diariamente com os desafios impostos por essa síndrome, englobando um conjunto de anomalias congênitas e comprometendo gravemente o desenvolvimento de crianças expostas ao vírus durante a gestação", justificou a parlamentar.

Segundo Rose Davino, essas crianças são acometidas por alterações visuais, auditivas, motoras e neurológicas, que transformam a infância em uma luta constante pela sobrevivência e pela dignidade. "Essa não é uma pauta nova neste Parlamento, tendo em vista que, em novembro de 2015, o então deputado Davi Davino Filho apresentou uma indicação ao Governo do Estado alertando para a necessidade de acompanhamento e cuidado especializado com essas crianças", lembrou a deputada, destacando que a iniciativa deve ser não apenas resgatada, mas ampliada.

A parlamentar prosseguiu informando que, na última semana, recebeu representantes da Associação Família de Anjos, que lhe fizeram um apelo "comovente e absolutamente alarmante". De acordo com a associação, 34 crianças com SCZ aguardam por cirurgias nas áreas ortopédica, neurológica e otorrinolaringológica, entre outras especialidades. "Não podemos permitir que essas famílias enfrentem sozinhas um problema que é de responsabilidade do Estado e da sociedade", completou a parlamentar.

REDE REPÓRTER

TÁ NA MÃO!

PRINCIPAIS NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICA, SAÚDE, FUTEBOL, VARIEDADES.

DÁ UM CLICK!

www.redereporter.com.br